



CAFÉ

5

AÇÕES E CONQUISTAS 2016

COMISSÃO NACIONAL DO CAFÉ

1. Registro de produtos para o controle da broca do café

Após aproximadamente três anos com a ausência de produtos registrados e com eficiência satisfatória para o controle da broca-do-café (*hypotenemus hampei*), a CNA solicitou ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que priorizasse o registro dos produtos: Voliam Targo (Syngenta), Benevia (Dupont), Galil (Adama) e Curbix (Bayer). Por fim, foram registrados o Voliam Targo e do Benevia, que passaram a ser alternativas para o controle dessa praga.

2. Preço mínimo do café

A CNA atuou para que os preços mínimos do café fossem reajustados. O preço mínimo do café arábica, que era de R\$ 307,00/saca, e do conilon, que era de R\$ 193,00/saca, passaram para R\$ 330,24/saca e R\$ 208,19/saca, respectivamente. Apesar do aumento, sabe-se que o preço do arábica encontra-se aquém do custo de produção da maioria das regiões produtoras, o que mantém essa ação em pauta na CNA.

3. Recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)

A CNA atuou para que os recursos da linha de crédito para recuperação de cafezais danificados, que era de R\$20 milhões, fossem ampliados para R\$ 30 milhões. A ampliação ocorreu e beneficia principalmente os cafeicultores do Espírito Santo que tiveram as lavouras danificadas pela seca drástica da última safra.

4. Projeto de Mapeamento e Georreferenciamento do Parque Cafeeiro Nacional

Conhecer a real dimensão do parque cafeeiro nacional é uma demanda antiga do setor. Em conjunto com os demais representantes da cadeia produtiva do café, a CNA contribuiu com a estruturação e embasamento do termo de referência para licitação, pela Embrapa, da empresa executora do projeto. A disponibilização dos recursos tem

sido a maior dificuldade para que a licitação do mapeamento seja realizada. A CNA tem atuado para que ocorra a inclusão das despesas do mapeamento no orçamento do Funcafé de 2017.

5. Criação do Departamento do Café

Os eventos políticos do país acarretaram em alterações constantes no Mapa, que ocasionaram na extinção do Departamento do Café. Isso dificultou a transação das ações propostas pelo setor. A CNA, em parceria com o Conselho Nacional do Café (CNC), Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), Associação da Indústria Brasileira de Café (ABIC) e Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (ABICS), conseguiu que o Departamento de Café, Cana-de-Açúcar e Agroenergia fosse recriado. Assim, acredita-se que haverá maior agilidade na liberação dos recursos do Funcafé e no atendimento das demais demandas do setor.

6. Endividamento dos Cafeicultores

A CNA apoiou a aprovação da Lei nº 13.340/2016 e da Resolução nº 4.522/2016 do Banco Central do Brasil (CBC) e vem atuando no esclarecimento dos cafeicultores na renegociação das dívidas de crédito rural regidas por essas normas legais.

7. Pesquisa Safra Cafeeira 2016

A CNA, em parceria com o portal CaféPoint, realizou uma pesquisa para levantamento de informações da produção e dos problemas enfrentados durante a safra de 2016. Os resultados foram apresentados aos produtores na Semana Internacional do Café em Belo Horizonte/MG e também no Canal do Produtor TV por meio do relatório que foi publicado no site oficial na CNA. As informações geradas pela pesquisa contribuem com a definição de estratégias ao setor por parte da CNA. □

PRINCIPAIS CONQUISTAS DO SETOR EM 2016

Registro de produtos fitossanitários para controle da broca-do-café	Os inseticidas Voliam Targo e Benevia foram registrados e encontram-se em uso pela cafeicultura.
Reajuste do preço mínimo do café	O preço mínimo do arábica foi reajustado para R\$ 330,24 a saca e do conilon para R\$ 208,19 a saca.
Recursos do Funcafé	Ampliação de R\$ 10 milhões na linha de crédito de recuperação de cafezais danificados, totalizando R\$ 30 milhões.
Departamento do Café - Mapa	O Departamento de Café, Cana-de-Açúcar e Agroenergia foi recriado. Maior agilidade será dada para as próximas demandas do setor.
Renegociação de dívidas da cafeicultura	A Lei 13.340/2016 e a Resolução do Banco Central 4522/2016 foram aprovadas, permitindo a renegociação das dívidas dos cafeicultores.